



15/12/2014 - Telesíntese

Isabel dos Santos insiste contra a venda da PT e quer a Oi

O administrador da Terra Peregrin (TP), Mário Silva, disse que a empresa angolana vai tentar impedir a venda da Portugal Telecom e considera aumento de capital da Oi

A Terra Peregrin (TP) de Isabel dos Santos, a filha do presidente de Angola, quer capitalizar e dar músculo financeiro à endividada Oi para ter um melhor posicionamento de troca em um processo de consolidação (M&A) no Brasil, estando disposta a considerar um aumento de capital da brasileira e um IPO parcial da PT Portugal.

Em entrevista à agência Reuters, o administrador da TP, Mário Silva, afirmou que Isabel dos Santos quer manter a unidade da PT Portugal “com o perímetro internacional que tem hoje” e impedir a venda desta e o seu desmembramento, frisando: “nós entendemos que o nosso projeto para a Oi pode ser executado sem a venda da ‘jóia da coroa’ do grupo Oi, que é a PT Portugal”.

A Oi já vendeu a Portugal Telecom para a francesa Altice, por 7,4 bilhões de euros. A assembleia da Portugal Telecom para aprovar esta operação está marcada para o dia 12 de janeiro.

Segundo Silva, a empresa angolana não se opõe ao

movimento de consolidação no Brasil, mas pretende “enquanto maior acionista da Oi, contribuir para capitalizar a operadora de tal forma que possa participar nesse movimento, estando fortalecida e não enfraquecida, como está atualmente”.

O executivo não explicou porque afirmou ser a Terra Peregrin “a maior acionista da Oi”, visto que a holding Portugal Telecom, que tem 26% da concessionária brasileira, rejeitou a oferta feita pela empresa de adquirir as ações da holding e passar a também controlar a operadora brasileira. Atualmente o maior acionista estrangeiro da Oi ainda é o novo Banco Espírito Santo.

“Nós temos disponibilidade, vontade e interesse em trabalhar com os outros acionistas da Oi para encontrar formas de a capitalizar, dar-lhe músculo financeiro para, quando da eventual operação de consolidação, a Oi venha a ter uma quota maior e mais reforçada”, concluiu.

16/12/2014 - Telesíntese

Oi mais que dobra rede Wifi no Brasil

Crescimento de 144% no número de pontos foi possível com investimento de R\$ 10,4 milhões.

A rede de internet sem fio da Oi ultrapassou 1 milhão de pontos no Brasil. No mundo, graças a parcerias, soma cerca de 14 milhões de hotspots, garante a operadora. A companhia destinou R\$ 10,4 milhões neste ano para expansão dos pontos. Nos últimos 12 meses, o número de hotspots Oi WiFi cresceu 144% em todo o país, o que representa uma expansão de mais de 670 mil pontos. No saldo, entram os pontos pertencentes à comunidade FON, constituídos por assinantes Velox que aceitam compartilhar o link.

Entre os recentes parceiros da Oi na expansão

de sua rede Oi WiFi estão bancos – há conexão em mais de 150 agências –, além das redes de hotéis BHG, Costa do Sauípe, os varejistas C&C e Decathlon, os Laboratórios Hermes Pardini, o Hospital Nipo-Brasileiro e o SESC. O principal canal de entrada dos clientes da Oi na rede é o aplicativo Oi WiFi, lançado há dois anos e que já acumula mais de 2 milhões de downloads. Hoje, mais de 40% dos acessos da base elegível da Oi à sua rede WiFi são feitos por meio dessa ferramenta, disponível gratuitamente para smartphones e tablets nas principais lojas de aplicativos do mercado.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/12/2014 - Telesintese

Nextel deve encerrar ano com 1,7 milhão de clientes 3G e 4G

Empresa reafirma bom posicionamento financeiro ante dilemas enfrentados pela controladora nos Estados Unidos, ressaltando alto ARPU e baixo churn.

A Nextel espera encerrar o ano com cerca de 1,7 milhão de usuários de seus serviços 3G e 4G. De acordo com a empresa, que até o final de novembro tinha 1,575 milhão de usuários ativos, segundo a Anatel, apenas neste ano foram investidos mais de US\$ 500 milhões em infraestrutura. Para o futuro, a perspectiva é dobrar o valor.

A operadora continua focada em alguns poucos mercados. Este ano, iniciou o 4G no Rio de Janeiro, roaming nacional e internacional, incorporou aparelhos ao portfólio e realizou promoções agressivas de oferta de planos de serviços. "Hoje nossa cobertura atinge, além dos estados de São Paulo e Rio, as principais capitais e cidades com mais de 500 mil habitantes. Nossa infraestrutura está preparada para suportar as novas gerações tecnológicas e assim oferecer um serviço estável, veloz e de qualidade em todo o País", explica Gokul Hemmady, presidente da Nextel.

A Nextel afirma ter a maior receita média por usuário (ARPU, na sigla em inglês), com US\$ 30 e a

menor taxa de cancelamento (churn), de 2,28%, à frente de todas as concorrentes no Brasil. "A competição no mercado de telefonia é muito acirrada, por isso centramos esforços para desenvolver inicialmente o serviço 3G nos estados do Rio e São Paulo, onde sempre fomos bem conhecidos por nosso serviço especializado de trunking. Nesses estados, juntando os clientes dos dois serviços, detemos aproximadamente 20% e 11% do Market share do serviço móvel, respectivamente", explica Gokul.

Vencedora do leilão da Banda H em 2012, a empresa tem até 2017 para estar presente em mais de 900 cidades brasileiras. Boa parte dessa meta deve ser cumprida em 2016, garante. O recente anúncio de que a NII Holdings, controladora da Nextel, chegou a um acordo com os credores em seu processo de recuperação judicial, é uma boa notícia. O acordo, caso ratificado pelo juiz responsável pelo caso em Nova York, prevê que haverá US\$ 500 milhões de financiamento nas operações no Brasil, México e Argentina.



15/12/2014 - CUT

É preciso preservar a Petrobras e os empregos, diz Vagner

CUT quer alternativa jurídica que garanta pagamento dos trabalhadores de fornecedoras da Petrobras



A CUT e as demais centrais sindicais cobraram e o governo se comprometeu a encontrar uma alternativa jurídica que garanta o pagamento das dívidas trabalhistas de fornecedoras da Petrobras, que estão demitindo trabalhadores de obras contratadas pela estatal e não estão pagando as verbas rescisórias.

Em reunião realizada nesta segunda-feira (15), em Brasília, o presidente da CUT, Vagner Freitas, e dirigentes das outras centrais, deixaram claro que é preciso preservar a Petrobras, os empregos dos trabalhadores contratados diretamente pela companhia e os das empresas prestadoras de serviço para a estatal.

“Os trabalhadores e a Petrobras têm de ser protegidos. Se houve irregularidades, que se investigue e puna os culpados e não a empresa que, sozinha, é responsável por 14% do PIB Nacional”, disse Vagner.

“É preciso encontrar uma saída jurídica que garanta o pagamento dos trabalhadores demitidos pelas prestadoras de serviço e também uma solução

para que as obras não sejam paralisadas porque isso é prejudicial para os trabalhadores, para a Petrobras e para o País”, pontuou o presidente da CUT.

Uma das soluções apresentadas na reunião foi reter parte do pagamento que seria feito às fornecedoras que têm obras em andamento para garantir o pagamento dos trabalhadores.

Participaram da negociação o presidente da CUT, Vagner Freitas, sindicalistas das demais centrais sindicais, o ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, representantes do Ministério Público Federal (MPF) e técnicos do Ministério da Justiça (MJ), do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Controladoria Geral da União (CGU).

Em reunião recente da Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção, a CUT já havia alertado o governo que algumas fornecedoras não estavam pagando os direitos dos trabalhadores.

“A maioria está pagando os direitos dos demitidos, pelo menos no caso dos trabalhadores associados a sindicatos filiados à CUT”, garante o presidente da Conticom - Confederação Nacional do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Madeira, Cláudio da Silva Gomes.

“Outras fornecedoras estão fazendo acordo, mas os trabalhadores não estão recebendo”, explica o dirigente.

São representados pela CUT os trabalhadores da CONPERJ (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), do Consórcio UFN3 (Unidade de Fertilizantes Nitrogenados) de Três Lagoas-MS, das empresas terceirizadas que prestam serviços para Replan, de Campinas, e os que trabalham nas obras de São José dos Campos.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/12/2014 - Altamiro Borges

Globo quer golpear Petrobras no pré-sal

Merval Pereira derrubou, hoje, a presidente da Petrobrás, Graça Foster. Ela “perdeu as condições políticas” para continuar, seja lá o que isso signifique. Graça tem ligações estreitas com a presidente Dilma Rousseff.

O “impeachment” de Graça, patrocinado por Merval - aliás, é incrível como a presidente da Petrobras foi derrubada em unísono pelos jornalões de hoje - equivale a meio impeachment de Dilma.

Afinal, a Petrobras é a maior empresa brasileira. É a maior ferramenta à disposição do projeto desenvolvimentista que venceu as eleições de 2014.

Se O Globo quer derrubar Graça, é porque pretende interferir na política do pré-sal.

Quer, obviamente, alguém “do mercado”, como o “consultor” Adriano Pires, na direção da estatal.

Alguém que ceda o pré-sal às grandes petrolíferas internacionais.

Como?

Abrindo mão da partilha e voltando ao modelo das concessões, aquele em que a União embolsa um fixo e o petróleo extraído fica limpinho nas mãos da concessionária.

Tirando da Petrobras o papel de operadora única dos futuros blocos do pré-sal, com participação obrigatória mínima de 30% nos consórcios.

A vantagem é que O Globo, que publicou hoje seu terceiro editorial recente defendendo a Petrobrax, pelo menos deixa explícito qual é o jogo - Folha e Estadão não ousam abraçar o entreguismo de forma tão desavergonhada.

O Globo quer fortalecer a Petrobras reduzindo o papel da Petrobras no pré-sal e abrindo caminho para a ExxonMobil, Chevron, Shell e BP!

Quer mais dinheiro para o “mercado” e menos para o leite das crianças.

Protejam-se, que o “nacionalismo” dos irmãos Marinho está em ação.

Opinião

Monopólio de fato no pré-sal não faz sentido

A Petrobras precisa ser refundada, como bem frisou em um artigo, na edição de ontem do *ZEBO*, o professor Adriano Pires, especialista no setor de energia. A empresa foi conduzida nos últimos anos mais como o braço de execução de uma série de políticas governamentais do que como uma companhia cuja função principal é produzir hidrocarbonetos e seus derivados, de maneira econômica e financeiramente sustentável e estimulada pela existência de um razoável mercado consumidor no país. É evidente que qualquer investidor que adquira as ações da Petrobras tem ciência de que não será sócio de uma empresa privada. Por sua natureza estatal, a Petrobras sempre estará alinhada com os objetivos das políticas traçadas por seu controlador. No entanto, cabe ao Estado, como sócio majoritário, se ater a certos limites, que impeçam os

Se o governo decidisse hoje licitar um novo campo com grande potencial de petróleo não poderia fazê-lo devido às limitações financeiras da Petrobras

direitos dos acionistas minoritários.

Não foi o que aconteceu a partir do primeiro governo Lula, em especial depois da decisão de se mudar o modelo de exploração e produção após a descoberta de grandes reservatórios na camada do pré-sal. Inebriado pela possibilidade de ter encontrado uma “nova Venezuela” nas águas ultra-profundas da Bacia de Santos, o governo Lula cometeu o equívoco de achar que não havia risco e nem qualquer outro obstáculo financeiro para ex-

plorar essa promissora fronteira petrolífera.

Em vez de adaptar o modelo de concessões, já bem-sucedido, resolveu mudar tudo, optando pela partilha de produção. Mas estabelecendo exigências que feriam a racionalidade econômica, como, por exemplo, tornar a Petrobras operadora única dos futuros blocos, e com participação obrigatória mínima de 30% nos consórcios. Além de usá-la num programa de substituição de importações de estilo gestalista. Esse modelo considera que a Petrobras tem capacidade financeira, gerencial e tecnológica ilimitada. Mas na prática o que vemos hoje são sérias restrições orçamentárias da estatal. Se o governo quisesse amanhã promover a licitação de qualquer outra área no pré-sal esbarcaria na impossibilidade de a Petrobras assumir mais compromissos tão vultosos. Isso não faz sentido, porque anula o desenvolvimento da in-

dústria petrolífera do país como um todo.

A crise em que a Petrobras está mergulhada, a partir da descoberta de grande esquema de corrupção dentro da empresa, com suas cotações derretendo nas bolsas — embora seja uma companhia com expansivo potencial de crescimento de reservas —, obriga o governo a fazer uma reflexão sobre erros cometidos, como essas experiências do modelo de partilha de produção de futuros blocos no pré-sal. Não há dúvida que a Petrobras continuará sendo a principal protagonista do pré-sal, pelos campos que já tem em produção ou em desenvolvimento. Mas pode perfeitamente exercer esse papel sem a obrigatoriedade de ser operadora única e uma participação mínima nos consórcios de investidores. São condições que deveriam ser objeto de negociação com seus parceiros em cada nova licitação. ■



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/12/2014 - Brasil 247

Barões da mídia comandam publicidade oficial



Levantamento sobre investimento de empresas estatais em publicidade, publicado com viés político pela Folha de S. Paulo nesta quarta-feira, revela que ainda há grande concentração em grupos de comunicação que pertencem às chamadas famílias midiáticas; só as empresas ligadas ao grupo Globo, dos irmãos Marinho, receberam mais de R\$ 5 bilhões; em seguida vieram emissoras do Bispo Edir Macedo (R\$ 1,3 bi), de Silvio Santos (R\$ 1,2 bi) e de Johnny Saad (R\$ 1 bi); editora Abril, dos Civita, ficou com R\$ 523 milhões e a própria Folha, de Otávio Frias, levou R\$ 206 milhões, enquanto seu concorrente Estado de S. Paulo, dos Mesquita, ficou com R\$ 188 mi; no capítulo internet, Folha politiza a discussão e questiona investimentos em veículos como o 247

Uma reportagem publicada nesta quarta-feira Folha de S. Paulo revela o valor investido pelas empresas estatais em publicidade nos últimos anos. Entre 2000 e 2013, foram R\$ 15,7 bilhões.

A boa notícia é que, nos governos Lula e Dilma, houve maior desconcentração dos investimentos publicitários. Até 2003, pouco mais de 4 mil veículos de comunicação recebiam investimentos em mídia. Este número atingiu seu recorde em 2013, quando 10.817 veículos, incluindo jornais e rádios regionais, foram beneficiados.

A má notícia é que ainda persiste grande concentração dos recursos em empresas ligadas às chamadas famílias midiáticas, como os Marinho, os Civita, os Mesquita e os próprios Frias, que editam a Folha.

O caso da Globo é o mais gritante. Nada menos que R\$ 5,3 bilhões foram investidos em veículos ligados aos

irmãos Marinho, como a TV Globo, a Radio Globo, a Editora Globo, que publica Época, e o jornal Valor Econômico (uma parceria com a Folha).

Em seguida, aparecem outras emissoras de televisão, como a Record, do bispo Edir Macedo (R\$ 1,3 bilhão), o SBT, de Silvio Santos (R\$ 1,2 bilhão), a Bandeirantes, de Johnny Saad (1 bilhão).

Os jornais, liderados pela própria Folha, também receberam uma parcela importante do investimento publicitário. A Folha teve R\$ 206 milhões, seguida do Estado de S. Paulo, com R\$ 179 milhões. Nas revistas, destacam-se Editora Abril, com R\$ 523 milhões, e a Editora Três, que edita Istoé, com R\$ 179 milhões. A Editora Confiança, que publica Carta Capital, recebeu R\$ 44 milhões.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Política da internet

No capítulo internet, a Folha politiza a questão, vinculando investimento publicitário a um suposto alinhamento editorial. Um dos veículos citados foi o 247, que foi procurado pela jornalista Flavia Foreque. Na tarde de ontem, ela enviou a seguinte mensagem ao jornalista Leonardo Attuch (editor-responsável pelo 247):

Oi Leonardo,

Como falei há pouco, estamos fazendo reportagem sobre o volume e destinação da verba de publicidade das estatais federais entre 2000 e 2013.

O total recebidos pela 247 no período foi de R\$ 1,71 milhão, em valores correntes de 2013, segundo dados das próprias empresas (R\$ 220 mil 2011, R\$

407 mil em 2012 e R\$ 1,087 milhão em 2013).

Gostaria de fazer as seguintes perguntas:

1. Congressistas da oposição afirmam que o governo e o PT financiam sites e publicações favoráveis a eles e críticos à oposição. O repasse da verba citado acima exerce alguma influência sobre a linha editorial ou os posicionamentos do veículo?

2. Os recursos de publicidade repassado pelas estatais - aliado a eventuais repasses de órgãos da administração direta - foram a principal fonte de receita da 247? Quanto essa receita representa em relação ao total?

Leia mais em:

<http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/163943/Bar%C3%B5es-da-m%C3%ADdia-comandam-publicidade-oficial.htm>

16 de dezembro de 2014 - Portal Vermelho

Tombini acredita que inflação de 2014 ficará abaixo da meta

O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, mostrou otimismo em relação à taxa de inflação ainda neste ano, quando, mesmo sob pressão, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deverá fechar abaixo do teto da meta de 6,5%.

“Esperamos um declínio da inflação acumulada que nos leve, em 2016, para o centro da meta de 4,5%. Cuidamos para que efeitos secundários não tornem a inflação resistente e se propaguem nos preços”, ressaltou, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

Quanto à política fiscal, o presidente do BC não quis fazer comentários sobre propostas dos novos colegas da equipe econômica, Joaquim Levy, no Ministério da Fazenda, e Nelson Barbosa, no do Planejamento. Entretanto, tentou mostrar confiança nas medidas que serão adotadas. Tombini lembrou que a política monetária, que é do Banco Central, é independente, mas não deixa de ser complementar.

“Quero dizer, porém, que, quanto mais apertada

a política fiscal, mas facilitada a política monetária. Temos uma conjuntura, que não é das mais benignas no cenário internacional. Devemos fortalecer a confiança tanto dos consumidores quanto dos empresários”, disse ele.

O presidente do BC voltou a citar o cenário internacional como um dos problemas para a consolidação do crescimento brasileiro e destacou as medidas adotadas pela Rússia, que subiu a taxa básica de juros de 10,5% para 17%, na tentativa de estabilizar o rublo, moeda do país. Segundo ele, a medida mostra a persistência da crise e, agora, os impactos da acentuada queda do preço do barril do petróleo, que atingiu várias moedas.

Tombini destacou ainda a venda de ativos nos mercados emergentes. Para ele, quem tem colchões de liquidez, com reservas internacionais, como o Brasil, terá condições de buscar a estabilização monetária. “Por isso, é importante que se tenha um política clara e ajustada para dar uma boa sinalização ao mercado.”



15/12/2014 - MST

Em audiência com Dilma, MST cobra políticas emergenciais para o campo

Na tarde desta segunda-feira (15), representantes do MST participaram de uma audiência com a presidenta Dilma Rousseff para apresentar as principais pautas do Movimento para o novo governo.

Durante o encontro, o MST apresentou quatro eixos de propostas (clique aqui para lê-las), que perpassam o acesso e democratização da terra, o estímulo à produção de alimentos saudáveis, atenção à Educação no Campo, além de reivindicar a criação de novas políticas públicas de infraestrutura de assentamentos, como o PAC da Reforma Agrária.

“Entregamos para a presidenta Dilma as pautas mais urgentes como sinalização de diálogo, mas também de pressão em relação aos péssimos resultados para a Reforma Agrária no primeiro mandato. Não aceitaremos que a morosidade que marcou os últimos quatro anos se repita neste próximo período, por isso iremos intensificar as lutas e nos somar às pautas que dão unidade entre campo e cidade”, disse Alexandre Conceição, da direção nacional do MST.

Dentre as cobranças, está o assentamento de todas as famílias acampadas no país, com a valorização dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela execução das políticas de Reforma Agrária.

“É preciso que o governo elabore um Plano de Metas para assentar no mínimo 50 mil famílias por ano, no período de 2016-2018”, completou Débora Nunes, também integrante da direção do MST.

Para o Movimento, o governo também deve se comprometer com a transição da produção agrícola para o modelo agroecológico. Isto significa também o combate aos transgênicos e ao uso de agrotóxicos, somado a uma assistência técnica específica.

“Propomos a estruturação de um Plano Nacional de Alimentos Saudáveis, em que os assentamentos sejam os protagonistas, já que a produção de alimentos sem venenos só é possível por meio da

Reforma Agrária”, explicou Márcio Matos, representante da Bahia na direção dos Sem Terra.

Outro ponto fundamental é a comercialização dos produtos. O MST reivindicou a reestruturação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) de forma que sua vinculação seja com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ou o Ministério do Desenvolvimento Social.

“Este órgão deve ter o compromisso com a compra da produção da agricultura familiar e da Reforma Agrária. Por isso, é preciso fortalecer programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o Terra Forte e trabalhar para a sua desburocratização”, informou Cedenir de Oliveira, da direção nacional do MST.

No campo da Educação, os Sem Terra exigem a construção de 300 novas escolas em áreas da Reforma Agrária, além de mais 100 Centros de Educação Infantil e a garantia de mais 30 Institutos Federais dentro de áreas de assentamentos.

“O quadro preocupante da Educação no Campo exige atenção especial do governo. São mais de 37 mil escolas fechadas na última década. Por isso, fortalecer o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é prioritário”, disse Rosana Fernandes, integrante do setor de educação do MST e também da direção nacional.

Ainda no rol das reivindicações, está a instituição do Programa Nacional de Reflorestamento para os assentamentos. De acordo com Kelli Mafort, representante de São Paulo na direção do MST, “o programa incluiria o fomento administrado por mulheres para o reflorestamento de um hectare por família assentada, com árvores nativas e frutíferas”.

Pelo MST, participaram da reunião Débora Nunes, João Paulo Rodrigues, João Pedro Stedile, Márcio Matos, Rosana Fernandes, Kelli Mafort, Cedenir de Oliveira e Alexandre Conceição.